



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**



# **Sugestão**

## **nº 228/2006**

Art. 1º. O Ministério Público deverá participar nos acordos em que a Administração Pública realizar com particulares que repercutirem efeitos na área criminal, notadamente no acordo de leniência feito pelo CADE e nos de natureza tributária feitos pela administração fazendária.

Art. 2º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

**Justificativa:**

A titularidade da ação penal torna o Ministério Público parte diretamente interessada nesse tipo de acordo, até porque pode haver outros delitos não abrangidos pelo acordo, sendo inconstitucional firmar acordos dessa natureza sem a participação ministerial.